



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA EDUCAÇÃO – PROEDUC
SEPN 711/911, Lote P, Bloco B (Ed. da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude), Sala 119, CEP 70.790-115
Telefones: 3348-9009 e 3348-9029 – Fax: 3348-9030

RELATÓRIO FINAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

1 – Identificação da Audiência Pública

Unidade executora: Promotoria de Justiça de Defesa da Educação (Proeduc) e a Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão (PDDC)
Data: 29/11/2016
Coordenadora e Presidente da mesa: Maria Rosynete de Oliveira Lima

2 – Apresentação

A Audiência Pública em questão teve por objetivo estabelecer diálogos com estudantes, pais, professores, representantes do Governo do Distrito Federal, instituições de ensino e demais interessados sobre o conteúdo da Medida Provisória 746/2016, que promove reestruturação do ensino médio e coletar informações sobre a implementação nas escolas do DF.

3 – Atividades preparatórias

4 – Atividades desenvolvidas antes da audiência

Referem-se ao Procedimento Administrativo .

5 – Atividades desenvolvidas durante a audiência

Manifestação 01 – JOSÉ IVAN MAYER DE AQUINO

Disse que é professor aposentado; que não concorda que a reforma do ensino médio seja por meio de medida provisória, mas que deveria ser por meio de Projeto de lei para que houvesse um tempo maior para discussão. Disse que a medida provisória propõe substituição de professores por pessoas com notória especialização, dando abertura para contratações ilegais e nepotismo. Disse que o gestor escolherá as matérias como bem entender e que os Telecursos substituirão os professores. Criticou a PEC 55 e MP 746 e afirmou que o Ministério Público precisa entrar com ADIN para impedir a consolidação dessa situação.

Manifestação 02 – PAOLA MARTINS

Disse que é professora de química do CEM 404 SANTA MARIA. Expôs sua preocupação em relação aos alunos que fazem a prova do PAS, pois a reforma do ensino médio prejudicará o PAS. Expôs sua dúvida de como seria na prática 7 horas diárias no ensino médio integral. Afirmou que deveria dobrar o número de escolas, que não há estrutura nem



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA EDUCAÇÃO – PROEDUC
SEPN 711/911, Lote P, Bloco B (Ed. da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da
Juventude), Sala 119, CEP 70.790-115
Telefones: 3348-9009 e 3348-9029 – Fax: 3348-9030

professores para implantar o ensino integral e ressaltou sua preocupação com a figura do professor de notável saber, sem critérios.

Manifestação 03 - JUAN VITOR FREIRE

Disse que é aluno do elefante branco. Disse que seus colegas gostariam de ter comparecido, mas que em razão do movimento de estudantes contra a MP 746, da reforma do ensino médio; e o Projeto de Lei nº 867/2015, conhecido como Escola sem Partido, no mesmo horário da audiência, não foi possível a presença destes; Agradeceu pela oportunidade de falar, pois na audiência pública no Senado Federal não deixaram os alunos se expressarem, mas somente os especialistas. Relatou problema do passe livre estudantil e que chegou atrasado na escola e a diretora disse que o ensino médio não era obrigatório e que ninguém o ouviu na escola e ficou sem prova no dia. Que ele não entendia matemática e física, mas a escola não está preparada para ajudar os alunos. Disse que a escola não quer alunos autônomos. Disse que a medida provisória é para privatizar a educação e não ajudará os alunos e que a juventude é contra a reforma do ensino médio.

Manifestação 04 - VIRGINIA DE OLIVEIRA MENDES

Disse que é professora de educação física – aula iniciais – e que sua filha estuda no ensino médio no Paulo Freire. Disse que o Currículo adotado nas escolas é que deve ser analisado antes da medida provisória, que o currículo é muito aberto e precisa de um norte, pois o professor leciona o que quer em sala de aula. Que apoia a medida provisória sobre a reforma de ensino médio, mas com um currículo fechado e norteado. Que apoia a disciplina facultativa. Disse que o ensino médio atual não atende a inovação tecnológica.

Manifestação 05 - TIAGO VASCONSELOS MARQUES

Disse que é professor no Lago Norte de filosofia; Disse que a medida provisória é muito aberta a algumas questões o que traz perigos; Questionou como será construída a Base curricular comum; Questionou quem escolherá as matérias para compor o currículo; Disse que a medida provisória quer excluir a matéria de filosofia e de sociologia e que a medida provisória dá a atender que artes e educação física só serão lecionadas no ensino fundamental. Disse que o currículo será meramente técnico e que a reforma do ensino médio vai tirar matérias reflexivas e críticas.

Manifestação 06 - RICARDO ROCHA

Disse que é professor de filosofia do CEM 404 Santa Maria; Disse que o currículo está vago; Questionou como ficará a relação da SEDF e a UNB para o PAS com a implementação da reforma do ensino médio, pois o PAS é trienal. Disse que é preciso reformar os anos finais do ensino fundamental. Disse que na medida provisória não tem previsão de melhora na estrutura física, nem de melhorara da situação do professor.

Manifestação 07 - PEDRO HENRIQUE SOARES SANTOS

Que é professor de história e coordenador ensino médio de uma escola do Recanto das Emas. Agradeceu a oportunidade proporcionada pela audiência. Que percebeu que os professores e os alunos não conhecem o que a medida provisória propõe. Que não haverá



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA EDUCAÇÃO – PROEDUC
SEPN 711/911, Lote P, Bloco B (Ed. da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da
Juventude), Sala 119, CEP 70.790-115
Telefones: 3348-9009 e 3348-9029 – Fax: 3348-9030

obrigatoriedade, mas estão resguardadas as matérias facultativas para quem quiser assistilas. Questionou como ficará o estágio dos alunos do ensino médio integral.

Manifestação 08 - JANAINA SOARES ALVES

Disse que é professora da UNB de língua espanhola; que existe um instituto de letras em estado de ocupação na UNB; que a medida provisória prevê a exclusão de língua espanhola; que gostaria que essa exclusão do espanhol e outras matérias fosse repensada.

Manifestação 09 - FRANSCISMAR LIMA

Disse que é professora da rede pública há 19 anos; que com a medida provisória o aluno poderá ter escolhas em seu currículo, que acha positiva a reforma do ensino médio; que o ensino médio não está bom para professor nem para alunos, por isso é necessário discutir e reformar o ensino médio; que tem pessoas infiltradas no movimento estudantil usando os alunos para segundas intenções nas ocupações das escolas públicas.

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO -JÚLIO GREGÓRIO manifestou-se sobre as falas dos participantes, dizendo que no Distrito Federal já estava se discutindo o ensino médio; que nenhuma mudança advinda da medida provisória entrará em vigor em 2017; que em 2017 será desenhado o ensino médio e que a implantação será gradativa; que os alunos que já começaram o ensino médio concluirão com o mesmo currículo; que haverá aumento de ofertas para escolhas pelos alunos, permitindo que os alunos estudem matérias que atendam a suas habilidades e que evitará a evasão; que sobre o professor de notório saber previsto na medida provisória, estes serão nas áreas que não há Faculdade habilitando o professor, a exemplo de técnico de enfermagem que não tem professor para Análise Química, o que exige a contratação de profissional da área; que não há exclusão de conteúdos, apenas serão facultativos. Que somente em 2009 as matérias de sociologia e de filosofia foram consideradas obrigatórias. Esclareceu que a Base nacional comum não é currículo. Que a Base nacional comum foi discutida por 12 milhões de pessoas e está sendo sistematizada e o CNE que dará a palavra final. Que a Base nacional comum é para uniformizar o conteúdo a todos alunos do país. Que não concorda que o PAS imponha o currículo para o ensino médio. Que a possível implantação do ensino médio reformado começará em 2018, por isso poderá discutir com a UNB o novo currículo. Disse que o estágio será componente curricular e vai compor termo de terminalidade do aluno.

PROMOTORA DE JUSTIÇA - CATIA GISELE MARTINS

Esclareceu que a audiência pública era para abrir a discussão sobre o assunto de reforma do ensino médio, pois o Ministério Público é dividido em quatro ramos, sendo que o MPDFT restringe ao DF e qualquer medida sobre o assunto, por ser federal, deve ser tomada pelo MPF. Esclareceu que ainda que pudesse ser tomada alguma medida pelo MPDFT, o Judiciário não tem qualificação para decidir sobre o mérito da reforma do ensino médio. Que a reforma deve ser discutida pela sociedade. Disse que MP não é único órgão legitimado para propor ADIN, sendo que existem outros legitimados previstos na CF/88. Disse que deve haver uma reforma no ensino médio, e isso veio como assunto nacional somente com a medida provisória. Disse que há grande discrepância entre ensino privado e ensino público e que deveria ser adotado um norte comum. Que é necessário investir no



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA EDUCAÇÃO – PROEDUC
SEPN 711/911, Lote P, Bloco B (Ed. da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da
Juventude), Sala 119, CEP 70.790-115
Telefones: 3348-9009 e 3348-9029 – Fax: 3348-9030

ensino fundamental para que a escolha de conteúdos no ensino médio seja livre, pois como funciona o sistema atual, os alunos irão escolher conteúdos por defasagem anterior.

PROCURADORA DISTRITAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO - MARIA ROSYNETE DE OLIVEIRA LIMA encerrou a audiência pública, agradecendo a presença de todos.